

**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)  
DO  
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)  
GAL RURAL – PROBASTO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
DE BASTO**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do





- estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.
- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – PROBASTO – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho



n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL PROBASTO (PROBASTO) neste ato representado pela Associação de Desenvolvimento Rural de Basto – PROBASTO, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 502833092, com sede no B. João Paulo II - Refojos, 4860-408 Cabeceiras de Basto neste ato representada por Joaquim Monteiro da Mota e Silva, na qualidade de Vice-Presidente da Direção e Francisco Luís Teixeira Alves, na qualidade de Tesoureiro;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

#### **Cláusula 1ª**

##### **Objeto**

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a PROBASTO, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Dotação financeira**

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 4.051.247,70 euros.



2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.128.447,70 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 721.050,00 euros FEDER e de 1.201.750,00 euros FSE, que totalizam um montante de 1.922.800,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

### **Cláusula 3ª**

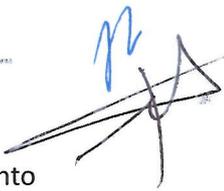
#### **Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. A PROBASTO compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A PROBASTO, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a PROBASTO compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

### **Cláusula 4ª**

#### **Vigência**




O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Elementos integrantes do contrato**

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da PROBASTO, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

*Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.*



A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

Patrícia Cotrim

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL PROBASTO - Associação de Desenvolvimento Rural de  
Basto

Vice-Presidente da Direção

Joaquim Monteiro da Mota e Silva

Tesoureiro da Direção

Francisco Luís Teixeira Alves



~~AS~~  
M  
L  
B

# ANEXO 1



## Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-127

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

<b>Código</b>	<b>Designação</b>
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

#### Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

### Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
502833092	PROBASTO-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO
<b>Morada (Sede Social)</b>	
B JOÃO PAULO II-REFOJOS	
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
4860-000	CABECEIRAS DE BASTO
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Ave	Norte
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
253662025	probasto@probasto.pt
<b>Telefax</b>	

4



253662025

URL

**Tipologia de Beneficiário**

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

**Identificação do Responsável Técnico da Operação**

**Nome Responsável**

Maria José da Mota Santos

**Cargo Responsável**

Coordenadora Interina

**Serviço/Departamento**

ETL

**Telefone Responsável**

253662025

**Telemóvel Responsável**

966707012

**Email Responsável**

probasto@probasto.pt

**Email Alternativo**

mariajsantos7@gmail.com

**Experiência da Parceria**

**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

Desde 1991, ano da constituição da Probasto, que esta entidade vem desenvolvendo, com base na abordagem LEADER, atividades no território com vista ao apoio e implementação de projetos que promovem o desenvolvimento rural. Para além da gestão dos Programas Leader I, Leader II, Leader + e sub-programa 3 do PRODER, a Probasto tem participado, simultaneamente, na implementação de vários projetos de cooperação, quer interterritorial, quer transnacional, nomeadamente:

- Projeto Aldeias de Tradição e Aldeias de Portugal;
- Sementes de Futuro;
- 7 Maravilhas da Gastronomia;
- EQUAL "Parques com Vida";
- Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS Alvão);
- Rota do Românico;
- Marca NATURAL.PT;
- MINHO IN.

Simultaneamente, a Probasto tem marcado presença, individualmente ou em cooperação com as suas entidades parceiras, nos principais certames, designadamente, feiras de turismo, artesanato e outras temáticas em que seja possível representar este território. Os vinhos, o mel, os doces, os desportos natureza, o turismo rural, o artesanato e o próprio território constituem um cabaz global, cuja imagem a Probasto já consolidou e procura divulgar e contagiar, sobretudo em espaço regional.

Com uma experiência de vinte e quatro anos em matéria de gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local, a Probasto geriu localmente os Programas de Iniciativa Comunitárias Leader I, Leader II e Leader +, bem como e o Sub-programa 3 do PRODER. No total, a Probasto aprovou 569 projetos, que significaram um investimento em Basto de mais de 18 milhões de euros, divididos em investimento público e privado.

Ao nível da parceria, esta foi evoluindo e alargando ao longo da execução dos vários programas, sendo que no momento a mesma é diversificada e representativa dos vários sectores de atividade existentes. De realçar que são vários os parceiros com experiência em matéria de gestão de fundos em quadros anteriores, designadamente a Mútua de Basto (áreas de formação e sanidade animal); Núcleo Empresarial de Mondim de Basto; Escola Profissional de Fermil (área da formação profissional), Cooperbasto; Qualidade de Basto, EM; Associação Florestal de Ribeira de Pena, entre outras.

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500850747	FUNDAÇÃO ANTONIO JOAQUIM GOMES DA CUNHA	18/06/1960	18/06/1960	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501404007	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA	30/09/1948	01/01/1995	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501428470	IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA MISERICORDIA DE CERVA	03/04/1918	12/04/1918	88101	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

A

502032871	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MÚTUA DE SEGUROS E MULTI-SERVIÇOS - MÚTUA DE BASTO/NORTE	17/03/1988	01/01/1989	65120	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
502405333	ASSOCIAÇÃO DINAMIZADORA DOS INTERESSES DE BASTO-A.D.I.B.	22/04/1985	15/07/1990	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502833092	PROBASTO-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO	12/08/1991	12/08/1991	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504092332	ADRIPÓIO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO PÓIO	27/02/1998	27/02/1998	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
504695436	QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.M., S.A.	13/12/1999	24/11/1999	70220	Autarquias Locais
504699849	AFRP - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE RIBEIRA DE PENA	18/02/2000	18/02/2000	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
505330334	MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506553450	PENA AVENTURA ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS LDA	20/10/2003	20/10/2003	93192	Sociedades Comerciais
506818098	MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA		02/01/1988	84113	Autarquias Locais
506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO		01/01/1986	84113	Autarquias Locais
506967107	MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO	25/10/1977	01/01/1986	84113	Autarquias Locais
508800781	QUINTA DA RAZA, LDA	27/11/2008	02/12/2008	11021	Sociedades Comerciais

509420982	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE BASTO	26/10/2000	08/11/2000	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
600034984	ESCOLA PROFISSIONAL DE FERMIL, CELORICO DE BASTO	18/04/1995	18/04/1995	85320	Direção Geral
500305870	COOPERBASTO - COOPERATIVA AGRÍCOLA	24/03/1961	24/03/1961	11021	
501343814	CABASTO - COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE CABECEIRAS DE BASTO, CRL	12/09/1977	12/09/1977	47191	
501600353	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE BALTEIRC	15/04/1983	18/04/1983	94991	
501769960	MONDINENSE FUTEBOL CLUBE	19/01/1924	01/02/1987	93912	
503710075	CAVEZ CLUBE DE CAÇA E PESCA	03/07/1985	21/06/1996	93912	
503760293	RURALBASTO - COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGRO-FLORESTAL DE BASTO, CRL	27/09/1996	11/10/1996	01610	
507412028	QUINTA DA FONTAINHA	23/02/2008	23/02/2008	56104	
508198275	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DAS ALDEIAS DO CONCELHO DE MONDIM DE BASTO	20/07/2007	20/07/2007	88101	
509551793	CREDITO AGRICOLA ALTO CAVADO E BASTO	13/02/2015	13/02/2015	64190	
510031234	ENCANTO RADICAL - ASSOCIAÇÃO	28/10/2011	08/11/2011	93912	
510138578	MARAVILHACONTECE	26/03/2012	27/03/2012	79120	
508354625	NUCLEO EMPRESARIAL DE MONDIM DE BASTO	22/11/2007	22/11/2007	94995	

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Ave



## Grupo Ação Local

Rural

### Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Ave	Cabeceiras de Basto		25,00%
Norte	Tâmega e Sousa	Celorico de Basto		25,00%
Norte	Alto Tâmega	Ribeira de Pena		25,00%
Norte	Ave	Mondim de Basto		25,00%

## Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### Situação atual do território

O diagnóstico da situação actual do território baseia-se na análise efetuada aos principais indicadores estatísticos tendo como principais fontes os Censos de 2001 e 2011, os anuários estatísticos e o último Recenseamento Geral Agrícola de 2009.

#### População

Em 2011 o território de Basto registava uma população de 50.845 habitantes, representando 1,4% da população da Região Norte. A distribuição da população é bastante desigual, sendo que os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto contribuem com mais de 70% da população residente neste território. De 2001 para 2011 verificou-se um decréscimo da população em 6,4%, ao contrário do registado na Região Norte, que cresceu 0,06%, sendo que todos os concelhos de Basto perderam população. Este fenómeno decorre, em simultâneo, com o despovoamento das zonas mais isoladas que, em consequência de falta de condições e acesso a bens e serviços, procuraram fixar-se nas sedes de concelho. Todavia, nos últimos tempos, tem-se verificado que a redução do nível de oferta de serviços públicos nas sedes dos concelhos tem tido consequências na diminuição de emprego, que, conjugado com a crise generalizada dos restantes setores, tem levado à saída de pessoas para os grandes centros urbanos e até para o estrangeiro. Basto encontra-se marcado por um envelhecimento da população residente. Este envelhecimento resulta não só do aumento da esperança de vida, mas também da dificuldade na renovação geracional e, principalmente, da enorme dificuldade na fixação da população jovem, sobretudo nas freguesias mais rurais. Os indicadores referentes ao envelhecimento e à dependência da população residente apresentam-se elevados, registando-se os maiores valores para o município de Ribeira de Pena. Em 2011, Basto apresentava um índice de envelhecimento de 150%, enquanto que em 2001 era de 102,4%. O peso da população jovem em 2011 (23,2%) sofreu uma queda face a 2001, onde o índice era de 29,7%, encontrando-se, contudo, acima da média da Região Norte (22,1%). Quanto ao índice de dependência de idosos, este é bastante superior à média da Região Norte (25,2%), tendo passado de 30,1% em 2001 para 34,2% em 2011. Relativamente à densidade populacional, Basto apresenta 63,4 habitantes/km<sup>2</sup>. Por sua vez, a dinâmica de recessão demográfica originou uma reestruturação profunda no povoamento dos municípios: o efeito atrativo exercido pelas freguesias sede de concelho leva a que os territórios mais periféricos sofram fortes esvaziamentos populacionais, tal como referido anteriormente.

#### Economia, Emprego e Empreendedorismo

Em termos económicos, Basto tem vindo a assistir a uma queda gradual do sector primário, representando apenas 8% nos Censos 2011. O tecido económico primário é débil, envelhecido e pouco qualificado, resultando desta realidade um muito baixo nível de empreendedorismo, uma vez que uma grande parte dos mais jovens e qualificados procurou outras atividades mais atrativas, com rendimentos mensais fixos, podendo, contudo, em muitos casos, continuar a trabalhar na agricultura como mão-de-obra familiar nos tempos livres.

A agricultura ocupa 61,5% da área total do território, distribuída por 3.786 explorações. A SAU média é de 5,7 ha por exploração, repartida por 4,2 blocos, onde mais de 50% da SAU de Basto está ocupada com matas e

florestas.

A vitivinicultura assume uma importância de destaque, tendo vindo progressivamente a assumir-se como cultura principal, ocupando, em 2009, 2.778 ha (cerca de 13% da SAU) distribuídos por 3.073 explorações, com repercussões notórias ao nível da modelação e preservação da paisagem. A este propósito, refira-se que os Vinhos Verdes de Basto, outrora de qualidade incerta (dependente das condições climáticas do ano), têm vindo a ser valorizados e reconhecidos quer a nível nacional, quer internacionalmente, fruto da aposta de jovens agricultores que têm dado a este setor referências de excelência, com o apoio da Probasto que desde cedo se empenhou na promoção, desenvolvimento e crescimento do setor.

A apicultura tem vindo a assumir uma posição de destaque no mercado, quer por via da qualidade do mel produzido em Basto, quer pelo número de produtores que nos últimos anos se têm dedicado à atividade. O número de empresas existentes diminuiu de 2004 para 2011 em cerca de 15,12%. No entanto, o pessoal ao serviço aumentou de forma significativa (79,73%), o que induz que as empresas têm maior capacidade na captação de emprego.

O setor secundário, em 2011, representava 36% da população ativa, destacando-se algumas indústrias de produção e transformação, nomeadamente, alimentar, madeira, têxtil e indústria extrativa.

A importância do setor terciário tem vindo a crescer, fixando-se, em 2011, em 56% da população ativa, o que representa um aumento de 14% face a 2001. As razões desta evolução prendem-se, essencialmente, com a melhoria generalizada do nível de vida das populações, e com o aparecimento de três grandes superfícies comerciais no território.

O turismo, por seu lado, apresenta-se como um cluster de enorme potencialidade que urge ser explorado e rentabilizado. Associado ao vinho, às florestas e à pecuária extensiva – elementos transversais e estruturantes da economia local – e à qualidade natural e paisagística, este setor poderá servir de alavanca económica nos próximos anos, se conseguir estruturar a sua oferta, capacitar os seus agentes e atrair públicos.

A par da diminuição da população, verifica-se uma diminuição da população ativa, representando em 2011 apenas 40,8% da população total residente (20.179 habitantes), sendo este indicador inferior ao da Região Norte (56,1%). A evolução da estrutura da população ativa denota uma redução de ativos no setor primário, de 16% para 8%, a favor dos outros dois setores de atividade, passando o setor terciário a ser o setor de atividade económica que emprega mais população (56%).

O desemprego, do ponto de vista geral, não assume valores muito diferentes da tendência nacional. De acordo com os Censos 2011, a taxa de desemprego em Basto era de 15,4%, ligeiramente acima dos 14,5% da Região Norte e dos 13,2% do Continente.

Segundo o IEFP, o desemprego registado em 2014 demonstra que a população desempregada em Basto é constituída principalmente por mulheres (56%), evidenciando-se a faixa da população com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos (37%) e cujo tempo de inscrição no respetivo Centro de Emprego excede os 12 meses (52%). Por outro lado, e segundo o IEFP, cerca de 68% dos desempregados têm habilitações escolares ao nível do ensino básico e cerca de 10% ao nível do ensino superior.

O território de Basto apresenta uma estrutura de emprego bastante débil, assente em mão-de-obra pouco qualificada e com baixo nível de habilitações. A taxa de analfabetismo, apesar da sua evolução positiva (passou de 21,9% em 2001 para cerca de 13,1% em 2011), continua ainda elevada face à média da Região Norte (10,3%).

**Infraestruturas e acessibilidades**

O território apresenta ainda alguns problemas de acessibilidade interna, em consequência, sobretudo, da não conclusão da Variante do Tâmega desde Celorico de Basto a Mondim de Basto e a Cabeceiras de Basto. Por sua vez, as acessibilidades externas, com a criação da A7 e a ligação de Celorico à A4, melhoraram consideravelmente nos últimos anos.

Relativamente à rede de transportes públicos, esta não responde em quantidade e periodicidade suficientes para assegurar um bom nível de serviço às populações, sobretudo às localizadas em locais mais periféricos, no acesso a bens, serviços e equipamentos localizados nas freguesias sede de concelho. Do mesmo modo, há locais que já não se encontram abrangidos por carreiras públicas para as cidades mais próximas, a exemplo do concelho de Mondim de Basto na sua ligação à cidade de Vila Real.

Ao nível das infraestruturas básicas, os níveis de serviço e taxas de cobertura têm vindo a evoluir significativamente, à exceção do nível de saneamento e estação de tratamento de águas residuais que é ainda diminuto.

**Saúde, Educação, Ação Social e Serviços de Proximidade**

Em Basto, 30,8% da população residente tem nas reformas e pensões o seu principal meio de subsistência. A dependência do subsídio de desemprego em Basto representa 2,1%, valores abaixo das médias nacionais (3,3%) e da Região Norte (4,1%). Contrariamente, a percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na região de Basto, sendo de 2,8%, é superior à média nacional (2,4%).



O diagnóstico existente mostra que a melhoria do posicionamento deste território, passa por uma intervenção concertada em parceria dos atores que permanecem no terreno, por forma a atenuar os estrangulamentos existentes e mobilizar o coletivo para um melhor aproveitamento dos recursos: a homogeneidade territorial, cultural e humana; a natureza (pela beleza cénica das paisagens); a excelência de alguns produtos tradicionais de qualidade; a importância dos recursos hídricos ligados ao turismo e aos desportos de natureza e aventura.

As tendências de evolução económica e social registadas nos últimos anos- assaz agravadas pela recente crise económica que tem efeitos diretos e imediatos na litoralização, emigração e no desemprego- revelam que os problemas identificados poderão agravar-se nos próximos anos. Apesar do trabalho desenvolvido, quer pelos municípios, quem por outros parceiros, designadamente por parceiros pertencentes ao sector da economia social, um dos cenários prováveis é o do despovoamento e do declínio económico, sobretudo nas zonas mais isoladas e periféricas, processos que poderão ser acompanhados por uma progressiva concentração, nos aglomerados urbanos mais importantes, de pessoas, atividades e recursos. Estes são, de resto, alguns dos factores críticos de sucesso que poderão interferir no processo de desenvolvimento e coesão.

Para além daqueles, podem identificar-se outros, nomeadamente a falta de capacidade empreendedora, e a escassez de recursos económicos por parte da população desempregada e inactiva, a quem se dirige a maior parte dos apoios financeiros previsto no DLBC. Em simultâneo, a continuada perda do poder de compra da população e o espírito recessivo em que se encontra a economia, pode dificultar grandemente a permanência das pessoas, em detrimento da emigração, que nos últimos anos têm assolado o território. Por consequência, são vários os desafios que se colocam à Probasto, enquanto entidade que congrega uma parceria para o desenvolvimento das Terras de Basto:

- O desafio da criação de condições de atração e fixação de investimentos e pessoas;

Este desafio assenta na oportunidade de se aproveitar o quadro comunitário para garantir o apoio à criação de novas empresas que contribuam para o alcance dos resultados propostos na estratégia.

- O desafio da diversificação das iniciativas empresariais, em torno da valorização dos recursos endógenos e do acesso aos mercados

Este desafio centra-se na existência de uma panóplia de recursos que existem no território e que poderão alavancar um conjunto de novas iniciativas empresarias que criem dinâmica no tecido económico.

- O desafio do emprego

Este desafio está intimamente ligado aos anteriores e centra-se numa dimensão mais humana, uma vez que sem emprego não existe possibilidade de fixação e, conseqüentemente, sem fixação, não se consegue inverter a tendência de desertificação.

## Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

### Objetivos e vocação específica do DLBC

Atendendo a que a vocação específica do DLBC é a ruralidade das Terras de Basto, os principais desafios predem-se com a criação de condições favoráveis ao dinamismo económico, que propicie uma maior coesão territorial; o alcance de exemplaridade ambiental e incremento do emprego como garante de crescimento inclusivo. Estes desafios de promoção do desenvolvimento sustentável das Terras de Basto são corporizados em objectivos que constam na Matriz de Enquadramento Lógico, anexada. De modo a facilitar a monitorização, acompanhamento e avaliação dos objectivos, procedeu-se ao seu agrupamento em três grandes Eixos de Intervenção, a saber:

1. Eixo 1: Dinamização económica assente nos recursos de Basto;
2. Eixo 2: Reforço da viabilidade e competitividade do sector agrícola
3. Eixo 3: Valorizar e rentabilizar o património histórico cultural de Basto

Eixo 1: Dinamização económica assente nos recursos de Basto

FSE

PI /Eixo /Medida - 9.6 8iii alínea b)

Dotação: 1 201 750,00€

Metas:

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (n.º) – 55

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) - 50%

4



FEDER  
PI 9.10  
Eixo /Medida : 8a b)  
Dotação: 320 000,00 euros  
Metas:  
Empresas que beneficiam de apoio: 16  
Postos de trabalho criados:22

Eixo Medida: 8a g)  
Dotação:329 000,00 euros  
Metas:  
Empresas que beneficiam de apoio: 17  
Postos de trabalho criados:23

FEADER  
PI M10  
Eixo/Medida – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização  
Dotação: 607 500,00 euros  
Metas:  
Projetos apoiados: 20  
Empregos criados através de projectos LEADER aprovados:30  
Eixo/Medida – Diversificação de Atividades na Exploração  
Dotação:453 600,00 euros  
Projetos apoiados: 14  
Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização: 0.37%

OE1 - Fortalecer a base sócio-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto  
Objetivos Específicos

1.1 Aumentar o n.º de empresas no território, nomeadamente criando novas iniciativas empresariais, diversificando o tecido económico local.

FUNDO FEDER: 140 000,00€

FUNDO FSE: 393 300,00€

FUNDO FEADER: 607 500,00€

Nota: O Fundo FSE financiará o posto de trabalho a criar por projectos apoiados pelo FEDER e FEADER

Medidas/Tipologias de Intervenção

FEDER - Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas

FSE - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

FEADER – Pequenos investimentos na transformação e comercialização

Metas

Empresas que beneficiam de apoio (n.º) - 28

Postos de trabalho criados (n.º) - 42

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (n.º) - 18

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) - 50%

Projetos apoiados (n.º) - 28

Empregos criados através de projectos LEADER apoiados (n.º) - 30

OE2 - Promover um modelo de Turismo Sustentável

Objetivos Específicos

2.1 Apoiar a criação e desenvolvimento de empresas na área do turismo

FUNDO FEDER: 192 000,00€

FUNDO FSE: 174 800,00€

Medidas/Tipologias de Intervenção

FEDER - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam

voltar ao mercado de trabalho

FEDER - Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.

FSE - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Metas

Empresas que beneficiam de apoio (n.º) - 8

Postos de trabalho criados (n.º) - 12

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (n.º) - 8

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) – 50%

2.2 Aumentar a viabilidade das explorações agrícolas através do desenvolvimento de actividades turísticas

FUNDO FEADER: 453 600,00€

FUNDO FSE: 152 950,00€

Medidas/Tipologias de Intervenção

FSE - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

FEADER – Diversificação de actividades na exploração

Metas

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (n.º) - 7

Projetos apoiados (n.º) - 14

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) – 50%

Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%) – 0,37%

OE5 - Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável

Objetivos Específicos

5.1 Criar Condições de emprego para desempregados, inativos ou jovens empreendedores

FUNDO FSE – 480 700,00 €

FUNDO FEDER – 317 000,00€

Medidas/Tipologias de Intervenção

FSE - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.

FEDER - Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.

FEDER - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Nota: Incluem-se neste objectivo projectos desenvolvidos por jovens empreendedores, a exemplo da startups.

Metas

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (n.º) - 22

Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%) – 50%

Empresas que beneficiam de apoio (n.º) - 17

Postos de trabalho criados (n.º) – 22

Eixo 2: Reforço da viabilidade e competitividade do sector agrícola

FEADER

PI M10

Eixo /Medida – Promoção de produtos de qualidade locais

Dotação: 217 350,00€

Metas:

Projetos apoiados (n.º) - 6



Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%) – 16,11%

Eixo/Medida Cadeias Curtas e Mercados Locais

Dotação: 216 000,00 euros

Metas:

Empregos criados através de projetos Leader apoiados (n.º) - 9

Projetos apoiados (n.º) - 6

Eixo/Medida Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola

Dotação: 421 200 euros

Metas:

Projetos apoiados (n.º) – 52

Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização: 1,37%

OE3 - Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola

Objetivos Específicos

3.1 Valorizar comercialmente os produtos agrícolas

FUNDO FEADER: 217 350,00€

Medidas/Tipologias de Intervenção

FEADER – Promoção de produtos de qualidade locais

Metas

Projetos apoiados (n.º) - 6

Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%) – 16,11%

3.2 Contribuir para o aumento do rendimento e competitividade das explorações agrícolas

FUNDO FEADER: 637 200,00€

Medidas/Tipologias de Intervenção

FEADER – Cadeias curtas e mercados locais

FEADER – Pequenos investimentos nas explorações agrícolas

Metas

Empregos criados através de projetos Leader apoiados (n.º) - 9

Projetos apoiados (n.º) - 58

Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%) – 1,37%

Eixo 3: Valorizar e rentabilizar o património histórico cultural de Basto

FEADER

PI M10

Eixo Medida: renovação de Aldeias

Dotação: 212 796,00€

Metas

Projectos apoiados (n.º) - 4

Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%) - 0,11%

FEDER

PI 9.10

Eixo Medida 6 c a)

Dotação: 36 025,00 euros

Metas:

Aumento do número esperado de visitantes: 360

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (...): 100

Eixo Medida PI 6c b)

Dotação: 36 025,00 euros

Metas:

Aumento do número esperado de visitantes: 360

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros (...): 200

OE4 - Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico-cultural como fator de atratividade e identidade

Objetivos Específicos

4.1 Preservar e valorizar o património rural na ótica do interesse colectivo

FUNDO FEADER: 212 796,00€

Medidas/Tipologias de Intervenção

FEADER - Renovação de Aldeias

Metas

Projectos apoiados (n.º) - 4

Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização (%) 0,11%

4.2 Aumentar a capacidade tração do território

FUNDO FEDER: 72 050,00 euros

Medidas/Tipologias de Intervenção

FEDER – Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO

FEDER - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação

Metas

Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações de apoio (n.º) – 720

Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, alojamento, apartamentos turísticos e outros (n.º em milhares) – 0,3 (300 dormidas)

No que respeita ao OE6 “ Promover a sustentabilidade ambiental através de adoção de boas práticas”, considera-se que este objectivo é transversal a todos os outros, sendo que funcionará como fator de majoração aos projectos que concorrerem para este desígnio.

**Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

4

O trabalho desenvolvido pela Probasto ao longo dos últimos 24 anos assentou, numa primeira fase da sua existência, numa relação muito estreita entre os quatro municípios de Basto, na medida em que foram eles os protagonistas do território que estiveram na origem do aparecimento daquela entidade. Com efeito, ao longo dos vários anos de gestão local de Programas LEADER, a parceria inicial foi-se alargando a outros sectores, incluindo outras entidades, o que permitiu o surgimento de iniciativas e redes de cumplicidades baseadas no envolvimento e participação de entidades públicas e privadas, em torno do nome "Basto". Todos os parceiros tiveram um papel importante no sentido de contribuírem, técnica e institucionalmente, para a elaboração da EDL, partilhando entre si a mesma visão para o território para os próximos anos. Este trabalho foi produzido durante os encontros promovidos e as reuniões formais realizadas, nas quais todos os documentos foram validados.

Igualmente importante para a elaboração da EDL, foram os contributos provenientes do contato direto com potenciais promotores de projetos que, reiteradamente, procuram a Probasto para apresentar as suas ideias de negócio; assim como o feed back dos beneficiários de projetos em execução.

É, pois, inequívoca a importância que os parceiros tiveram na construção da estratégia e consequentemente terão na sua execução. Com efeito, a Probasto reconhece que nenhuma estratégia territorial pode ser implementada sem a participação ativa de todos os agentes locais. E por isso, conta com 28 parceiros como veículos privilegiados de aproximação às comunidades, sendo que a existência de parceiros públicos e privados enriquece, favorece e facilita este desígnio.

Assim, no que se refere aos dispositivos de participação dos parceiros, eles assentam essencialmente em: realização de sessões temáticas/setoriais de trabalho com os parceiros; reuniões da Assembleia e consultas/contactos institucionais por mail.

Do ponto de vista da divulgação da EDL, encontra-se já previsto um plano de sessões públicas de divulgação nas sedes dos quatro concelhos bem como nas freguesias mais populosas. Para tal, conta-se, naturalmente, com a colaboração dos parceiros de forma a capitalizar, as redes de contactos, o conhecimento e experiência específicos.

No âmbito da operacionalização da estratégia, é fundamental garantir a respetiva animação e monitorização, dando e recebendo feed back aos parceiros e à comunidade. Neste sentido, a Probasto procederá à animação do território através do trabalho em rede entre os diferentes parceiros, de forma a garantir a articulação e a coordenação de iniciativas, tendo por base um Plano de Comunicação que prevê as seguintes iniciativas:

- Edição de brochura informativa que deverá conter informação acerca dos objetivos estratégicos; apresentação das medidas e ações que constituem a estratégia, tipologia de projetos e beneficiários, nível e limite das ajudas, despesas elegíveis e plano financeiro
- Disponibilização de informação no site da Probasto e dos seus parceiros;
- Realização de sessões de esclarecimento e informação dirigidas a públicos-alvo específicos;
- Participação em iniciativas de animação local, nomeadamente feiras e mostras;
- Atendimento direto na Probasto pela equipa técnica e coordenação;
- Utilização de emails institucionais;
- No final das reuniões e sessões serão redigidas atas que serão enviadas para todos, cujos conteúdos poderão ser tornados públicos.

### **Articulação da EDL com as EIDT NUTS III**

A definição de cada objetivo estratégico teve em linha de conta os documentos estratégicos regionais e sub regionais existentes, designadamente:

- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020;
- Programa Operacional Regional do Norte 2014- 2020;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal Tâmega e Sousa;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020 CIM, do Ave;
- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial – Alto Tâmega

Assim:

O objetivo "OE1 - Fortalecer a base sócio-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto" encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que contribui para:

- o eixo prioritário 2 do Norte 2020 "Competitividade das pequenas e médias empresas";
- o objetivo estratégico 1 do PDR 2014\_2020 "Crescimento do valor acrescentado do setor agro florestal e rentabilidade económica da agricultura";
- o objetivo estratégico 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do AVE- "Inovação e Competitividade Empresarial";

- o eixo estratégico1 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente” e ainda
  - o domínio estratégico de intervenção 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “Incentivar a inovação e a competitividade na economia”.
- O objetivo “OE2 - Promover um modelo de Turismo Sustentável” encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que contribui para:
- o eixo prioritário 2 do Norte 2020 “Competitividade das pequenas e médias empresas”; para o objetivo estratégico 3 do PDR 2014\_2020 “Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural”;
  - o objetivo estratégico 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “Turismo”; o eixo estratégico 1 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente”
  - o domínio estratégico de intervenção 4 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta”.
- O objetivo “OE3 - Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola” encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que contribui para:
- o eixo prioritário 2 do Norte 2020 “Competitividade das pequenas e médias empresas”; para o objetivo estratégico 1 do PDR 2014\_2020 “Crescimento do valor acrescentado do setor agro florestal e rentabilidade económica da agricultura”;
  - o objetivo estratégico 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “Inovação e Competitividade Empresarial”;
  - o eixo estratégico1 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente”;
  - o domínio estratégico de intervenção 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa”.
- O objetivo “OE4 - Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico-cultural como fator de atratividade e identidade” encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que contribui para:
- o eixo prioritário 4 do Norte 2020 “Qualidade Ambiental”; para o objetivo estratégico 3 do PDR 2014\_2020 “Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural”;
  - o objetivo estratégico 3 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “Turismo”;
  - o eixo estratégico 2 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos”;
  - o domínio estratégico de intervenção 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais”.
- O objetivo “OE5 - Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável” encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que contribui para:
- o eixo prioritário 6 “Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores” e eixo prioritário 7 “Inclusão Social e Pobreza” do Norte 2020;
  - o objetivo estratégico 3 do PDR 2014\_2020 “Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural”;
  - o objetivo estratégico 5 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “Coesão Social e Territorial”;
  - o eixo estratégico 3 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local”
  - o domínio estratégico de intervenção 6 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial”.
- O objectivo “OT6 - Promover a sustentabilidade ambiental através de adoção de boas práticas” encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que contribui para:
- o eixo prioritário 3 “Economia de Baixo Teor de Carbono” e eixo prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do Norte 2020;
  - o para o objetivo estratégico 2 do PDR 2014\_2020 “Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos”;
  - o objetivo estratégico 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “Sustentabilidade Ambiental e Eficiência Energética”;
  - o eixo estratégico 2 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos”
  - o domínio estratégico de intervenção 2 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega

4



e Sousa “Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais”;

O objetivo estratégico “OE7 - Fomentar a cooperação territorial estratégica (objetivo operacional)” encontra-se alinhado com outras estratégias, na medida em que se articula com:

- o eixo prioritário 9 “Capacitação Institucional e TIC” do Norte 2020;
- o objetivo estratégico 6 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave “Governança do território”;
- o eixo estratégico 4 da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega “Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania”;
- o domínio estratégico de intervenção 1 do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa “Modernizar e reorganizar a governação do território”.

## Programa de Ação e Investimentos

### Programa de Ação

#### Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Para uma melhor leitura do Programa de acção, elaboramos uma Matriz de Enquadramento Lógico (MEL), que apresentamos em anexo, onde propomos as medidas/acções dos PO a aplicar por objectivo, agrupados por três grandes Eixos, conforme ponto anterior, apresentando a dotação financeira a utilizar e os resultados que se pretende atingir. Medidas do Programa FEADER • Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização O E 1: Fortalecer a base económica local, assente nos recursos endógenos de Basto Objetivo Específico: Aumentar o número de empresas no território, nomeadamente criando novas iniciativas empresariais, diversificando o tecido económico local Resultados: - projectos apoiados - empregos criados através de projectos LEADER apoiados O E 3: Reforçar a viabilidade e competitividade do sector agrícola Objetivo Específico: Contribuir para o aumento do rendimento e competitividade das explorações agrícolas Resultados: - projetos apoiados - explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização • Diversificação de atividades na exploração O E 2: Promover um modelo de turismo sustentável Objetivo Específico. Aumentar a viabilidade das explorações agrícolas através do desenvolvimento de actividades turísticas Resultados - projectos apoiados - explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização • Cadeias Curtas e Mercados Locais O E 3: Reforçar a viabilidade e competitividade do sector agrícola Objetivo Específico: Contribuir para o aumento do rendimento e competitividade das explorações agrícolas Resultados: - projectos apoiados; - empregos criados através de projectos LEADER apoiados • Promoção de produtos de qualidade locais O E 3: Reforçar a viabilidade e competitividade do sector agrícola Objetivo Específico: Valorizar comercialmente os produtos agrícolas Resultados: - projectos apoiados; - explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização • Renovação de aldeias em territórios rurais O E 4 : Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico cultural como fator de atractividade e identidade Objetivo Específico: Preservar e valorizar o património rural na ótica do interesse coletivo Resultados: - projectos apoiados - explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização Medidas do Programa FEDER • Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas: Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho; O E 2: Promover um modelo de turismo sustentável Objetivo Específico: Apoiar a criação e desenvolvimento de empresas na área do turismo Principais Resultados: - Empresas que beneficiam de apoio - Postos de trabalho criados O E 5: Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, criando emprego e auto emprego sustentável Objetivo Específico: Criar condições de emprego para desempregados, inativos ou jovens empreendedores Resultados: - empresas que beneficiam de apoio; - postos de trabalho criados Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas. O E 1: Fortalecer a base económica local, assente nos recursos endógenos de Basto Objetivo Específico: Aumentar o número de empresas no território, nomeadamente criando novas iniciativas empresariais, diversificando o tecido económico local Resultados: - postos de trabalho criados - empresas que beneficiam de apoio O E 2: Promover um modelo de turismo sustentável Objetivo Específico: apoiar a criação e desenvolvimento de empresas na área do turismo Resultados: - Empresas que beneficiam de apoio; - Postos de trabalho criados O E 5: Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, criando emprego e auto emprego sustentável

Objetivo Específico: Criar condições de emprego para desempregados, inativos ou jovens empreendedores Resultados: - Empresas que beneficiam de apoio; - Postos de trabalho criados • Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO. O E 4: Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico cultural como fator de atractividade e identidade Objetivo Específico: Aumentar a capacidade de atração do território Resultados: - aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e atrações beneficiários de apoio; - dormidas em estabelecimentos hoteleiros, alojamentos apartamentos turísticos e outros • Criação e requalificação de infraestrutura de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação. O E 4: Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico cultural como fator de atractividade e identidade Objetivo Específico: Aumentar a capacidade de atração do território Resultados: - aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e atrações beneficiários de apoio; - dormidas em estabelecimentos hoteleiros, alojamentos apartamentos turísticos e outros Medidas do Programa FSE • Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho. O E 1: Fortalecer a base económica local, assente nos recursos endógenos de Basto Objetivo Específico: Aumentar o número de empresas no território, nomeadamente criando novas iniciativas empresariais, diversificando o tecido económico local Resultados: - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio; O E 2 : Promover um modelo de turismo sustentável Objetivo específico. Apoiar a criação e desenvolvimento de empresas na área do turismo Resultados: - pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego; - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio; O E 5: Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, criando emprego e auto emprego sustentável Objetivo Específico: Criar condições de emprego para desempregados, inativos ou jovens empreendedores Resultados - pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego

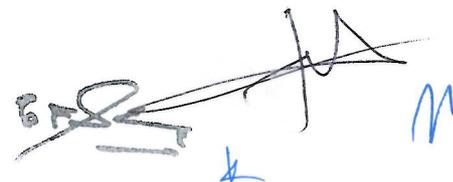
#### **Definição da estratégia de desenvolvimento local**



Sabe-se que o processo de planeamento estratégico se constrói em torno de um diagnóstico participativo que reflita a realidade local, os seus pontos fortes e fracos. Sabe-se, também, que as orientações estratégicas a definir deverão estar devidamente sintonizadas com outros níveis de intervenção, designadamente, a nível regional, nacional e europeu. Partindo destas duas premissas, é fundamental a definição de uma Visão, que consiste na formulação de um cenário prospetivo que corresponde a uma e+++ ambição de futuro. Assim, define-se para as Terras de Basto a seguinte Visão: Terras de Basto 2020: Território vivo, atrativo, com identidade e tradição • Território Vivo, porque se pretende garantir a ocupação humana- condição fundamental para a preservação da paisagem, dos ecossistemas e sua biodiversidade; • Atrativo, porque se pretende aumentar a capacidade de atração, quer de empresas (investimento), quer de pessoas, quer de turistas; • Com Identidade, que se pretende manter e preservar em torno dos fatores diferenciadores e genuínos de Basto; • Tradição, em torno do seu património rural que importa preservar e rentabilizar. É com base numa consciência e num profundo sentimento de pertença, a par da necessidade de se equacionar um desenvolvimento sustentado – criado a partir de elementos que garantam as dimensões económica, social e ambiental – que se defende uma estratégia assente no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos e do património natural e histórico-cultural, numa ótica de criação de valor. Esta criação de valor só é possível mantendo fixas as populações, pelo que na dimensão económica e social assume especial importância a criação de emprego, que passa pela reestruturação dos processos produtivos, pela diversificação e diferenciação, pela criação de novos produtos e por uma organização mais eficiente das empresas e do tecido empresarial local. Assim, o grande desafio da Probasto, enquanto entidade que congrega uma parceria para o desenvolvimento das Terras de Basto, é promover o desenvolvimento sustentado do território criando condições de atração e fixação de investimentos e pessoas, contribuindo para a manutenção da identidade e rentabilização do património natural e histórico-cultural: maior riqueza de Basto. Nesse sentido, a Visão enunciada pressupõe, necessariamente, a definição de objetivos estratégicos assentes nas seguintes Áreas de Intervenção Estratégica: AE1. Desenvolvimento económico e coesão territorial - visa a criação e desenvolvimento de empresas, nos mais diversos setores, mormente no setor primário, turismo e ambiente, promovendo, por um lado, a criação de postos de trabalho, e por outro, a competitividade e coesão territorial; AE2. Serviços de proximidade e inclusão social - remete para lógicas inovadoras de proximidade, polivalência e itinerância, visando a oferta de serviços nas áreas do apoio social, educação, saúde, trabalho e segurança social, agricultura e desenvolvimento rural, ambiente e ordenamento do território. Tem-se como público-alvo, preferencialmente, as populações residentes em zonas de montanha e em locais dispersos e isolados, com limitações de mobilidade; e pessoas desempregadas, com reduzida literacia ou afetadas por outros fatores que dificultem o acesso ao emprego. Pretende-se um crescimento inclusivo que aposte na consolidação da rede de equipamentos sociais existentes, com capacidade de resposta ao nível do apoio às famílias, criando condições de maior autonomia e integração social. AE3. Ambiente e eficiência energética - parte-se da constatação de que o património ambiental é já um traço identitário das Terras de Basto, todavia, é possível almejar a sua excelência. Pretende-se que as Terras de Basto sejam um território exemplar na adoção de boas práticas ao nível da eficiência energética, junto da sociedade civil, dos setores económicos (principalmente agricultura e turismo) e também ao nível das entidades públicas. Para a processuação da Visão definem-se os seguintes objetivos estratégicos: OE1 - Fortalecer a base sócio-económica local, assente nos recursos endógenos de Basto OE2 - Promover um modelo de Turismo Sustentável OE3 - Reforçar a viabilidade e competitividade do setor agrícola OE4 - Valorizar e rentabilizar o património natural e histórico-cultural como fator de atratividade e identidade OT5 - Contribuir para o crescimento inclusivo de Basto, apoiando a criação de emprego e auto emprego sustentável OT6 - Promover a sustentabilidade ambiental através de adoção de boas práticas OE7 - Fomentar a cooperação territorial estratégica (objetivo operacional)

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

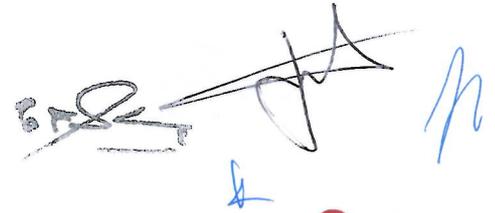


99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	4,00	14,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	14,00	453 600,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	6,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3,00	9,00	216 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	1,16	16,11	217 350,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos apoiados	1,00	4,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,03	0,11	212 796,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	16,00	Postos de trabalho criados	4,00	22,00	320 000,00€

4



09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	17,00	Postos de trabalho criados	5,00	24,00	329 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	90,00	360,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,10	36 025,00€



09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	90,00	360,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,05	0,20	36 025,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	33,00	55,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 201 750,00€

\*



99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	16,00	52,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,41	1,37	421 200,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	6,00	20,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	8,00	30,00	607 500,00€

**Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)**

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	N.º de Explorações apoiadas	4,00	14,00				453 600,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho				08 - Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	0,80	1,40	721 050,00€

**Total da Proposta de Contratualização por Fundo**

Fundo	Valor
FEADER	2 128 446,00€
FEDER	721 050,00€
FSE	1 201 750,00€
<b>Total</b>	<b>4 051 246,00€</b>

**Pressupostos**

Os objectivos e tipologias de ação definidos, respetivas alocações financeiras e metas, por objetivos estratégicos e específicos, e por fundos de financiamento, são resultado da avaliação estratégica e definição de linhas de atuação durante processo participativo com os parceiros e outros atores locais, enquadradas nas áreas de intervenção definidas para os FEEI no âmbito dos DLBC rurais, tendo em consideração também a experiência do passado. Assim, apresentam-se de seguida os pressupostos que estiveram na base da elaboração do cenário apresentado. Pressupostos: Alocações financeiras 1 - A Despesa Pública (DP) total por cada FEEI alocada no Aviso 2020, foi calculada considerando 10% de cofinanciamento nacional para o FEADER, enquanto para o FEDER e FSE a DP corresponde à dotação do respetivo fundo; 2 - O cenário financeiro tem por base a alocação da EDL base inicial de 2007-2013 do PRODER para o mesmo território a que concorre esta parceria DLBC, tendo em consideração a respetiva população e área, sem funcionamento, cooperação e animação (Medidas 3.1 + 3.2); 3 - A alocação financeira do FEADER foi calculada com base no peso relativo da EDL base inicial de 2007-2013 no total do território do continente: 2.186.071€; 4 - As alocações financeiras do FEDER e FSE foram calculadas com base no peso relativo da EDL base inicial de 2007-2013 no total do território da NUTII onde se insere (Norte): 913.744€ e 1.522.907€ respectivamente. Resultados por Fundo FEDER - 40 Empresas apoiadas para uma dotação total de 823.200€, com um valor médio de apoio de 20.580€; - 46 Postos de trabalho apoiados – média de 1,15 PT por empresa apoiada - Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado: 0,43 para o apoio a empresas, pois o investimento privado, considerando a informação disponibilizada pelo Balcão 2020, é de apenas 30%. Embora saibamos que o investimento privado é maior, porque muito dele não é elegível, para cálculo do indicador apenas consideramos o elegível. No caso do património, considerando que os investimentos vão ser realizados pelas autarquias, o investimento privado é nulo. FSE - 69 Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego para uma dotação total de 1.521.450€, com um valor médio de apoio de 22.050€; - Emprego sustentável: 70% (pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio). FEADER - 42 Empresas apoiadas para uma dotação de DP total de 1.491.000€, com valor médio de apoio de 35.500€ nas medidas: Pequenos investimentos na transformação e comercialização, diversificação de atividades na exploração e cadeias curtas e mercados locais; - 55 Postos de trabalho criados – média de 1,3 PT por empresa apoiada; - 52 Explorações agrícolas apoiadas no âmbito do Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas para dotação de DP total de 455.000€; - 20 Unidades industriais apoiadas no âmbito do apoio aos Pequenos investimentos na transformação e comercialização para uma dotação de DP total de 675.000€, com um valor médio de 33.750€; - Peso da DP no apoio aos pequenos investimentos na exploração agrícola: 46,54% (inclui pequenos investimentos do regime simplificado e transformação e comercialização); - Peso da DP no apoio a cadeias curtas e mercados: 9,88% - Percentagem da população coberta pela EDL: 100%.

## **Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)**

4



A estratégia de cooperação integra, necessariamente, as áreas de intervenção propostas na EDL, pelo que assentará nas seguintes áreas temáticas:

Áreas temáticas de cooperação:

Produtos Bio  
Cadeias curtas e mercados locais  
Inovação e valorização de produtos locais  
Bolsa de Terras  
Promoção e marketing territorial

Objetivo: promover e valorizar os produtos locais em articulação e associação com a promoção dos territórios e das suas especificidades.

Metas: Criação de novas relações diretas entre produtores e consumidores, incentivando novos modelos de distribuição como sejam os de cadeia curta, os agrupamentos de compras solidárias e as cantinas públicas BIO ou de produtos locais.

Mais valias: colocação dos produtos em novos mercados beneficiando de economias de escala no que diz respeito à promoção

Parceiros: nacionais e transnacionais

Área de intervenção da EDL “Ambiente e eficiência energética”

Áreas temáticas de cooperação:

Valorização das Aldeias  
Raças Autóctones, como prevenção de incêndios nas zonas rurais  
Boas práticas ambientais  
Energias renováveis

Objetivo: Contribuir para a sustentabilidade ambiental, designadamente, através da manutenção dos ecossistemas de montanha, por via da fixação da população rural.

Metas: Utilização racional dos recursos ao nível do setor agrícola, ao nível do setor do turismo-mormente do turismo ativo-, ao nível da atividade extrativa e, ainda, ao nível da sociedade em geral.

Mais valias: Obtenção de reconhecimento de excelência ambiental para o território

Parceiros: nacionais e transnacionais

Área de intervenção da EDL “Serviços de proximidade e inclusão social”

Áreas temáticas de cooperação:

Capacitação empresarial e institucional  
Indústrias culturais e recreativas

Objetivo: Incentivar o empreendedorismo social e promover a capacitação de grupos vulneráveis e instituições.

Metas: Melhorar as condições de empregabilidade da população mais vulnerável, contribuindo para a sua integração no mercado de trabalho.

Mais valias: fomento de lógicas de funcionamento em rede, centradas numa forte cooperação inter institucional, que privilegie a partilha de competências, de equipamentos e serviços.

Parceiros: nacionais

## Modelo de Governação

## Modelo de Governação

### Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A Probasto é uma Associação de Desenvolvimento Rural, cujo modelo organizacional se consubstancia na existência de uma parceria formal, composta por 28 parceiros, e assente em quatro órgãos distintos:

- Assembleia-Geral - órgão deliberativo que corporiza a parceria, sendo composta por vinte e oito parceiros (associados), cinco dos quais de natureza pública e os restantes de natureza privada. Esta assembleia reveste-se de primordial importância na medida em que, sendo as entidades representativas do tecido económico e associativo local, funcionam como um veículo privilegiado de ligação aos agentes do território e à comunidade. Este órgão tem como principal função a conceção e o acompanhamento da estratégia de desenvolvimento, competindo-lhe a supervisão dos seguintes procedimentos:
  - execução da EDL;
  - avaliação dos resultados;
  - Avaliação dos relatórios de execução da EDL;
  - Avaliar periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos objetivos e metas definidas na EDL, com base nos documentos apresentados pelo Órgão de Gestão;
  - a eleição dos membros do Órgão de Gestão.

Órgão de Gestão – Órgão, inicialmente, coincidente com a Assembleia Geral, no que respeita ao número de efectivos; contudo, atendendo ao requisito previsto no ponto 5.5 do Convite para a apresentação da candidatura 2.ª fase de Seleção das EDL, foi alterada a sua composição, sendo actualmente composto por 5 entidades. Este órgão tem como função essencial deliberar sobre todos os aspetos relacionados com a gestão do DLBC, nomeadamente:

- Garantir a gestão e dinamização da EDL;
- Definir os critérios de seleção a aplicar às candidaturas apresentadas em conformidade com os respetivos regulamentos de aplicação, e em coerência com os objetivos e metas definidos na EDL;
- Decidir sobre os pedidos de apoio apresentados;
- Analisar as propostas dos avisos de abertura de concursos e submetê-las à aprovação das entidades competentes;
- Assegurar a organização do processo de validação dos documentos de suporte à tomada de decisões;
- Exercer funções de acompanhamento e controlo das operações financiadas no âmbito da EDL;

Direção - órgão executivo composto por cinco parceiros, sendo quatro de natureza pública e um de natureza privada.

Conselho Fiscal - órgão fiscalizador/consultivo. Emite parecer sobre o plano de atividades e orçamento, relatório e contas, bem como, relativamente, a outros assuntos a pedido da direção ou da assembleia geral.

Coordenação: hierarquicamente, o coordenador é responsável pelo desempenho de toda a equipa técnica face aos objetivos traçados e aos compromissos de trabalho constantes nos Planos de Atividade e Orçamentos e outros instrumentos de planeamento. Do ponto de vista da gestão do DLBC, o coordenador estabelece a ponte hierárquica entre a ETL e o Órgão de Gestão, assumindo as seguintes competências:

- Participar nas reuniões do Órgão de Gestão;
- Garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão na sua componente técnica e operacional, a gestão da equipa de forma eficaz e eficiente, de forma a dar cumprimento às orientações e decisões emitidas pelo Órgão de Gestão;
- Garantir o cumprimento de todos os procedimentos técnico – administrativos necessários à divulgação, análise e acompanhamento e controlo das operações;
- Assegurar o princípio da segregação de funções;
- Validar os Pareceres Técnicos e respetiva apresentação ao Órgão de Gestão;
- Garantir o cumprimento das atividades de animação do território;
- Assegurar a concretização das atividades de cooperação.

Equipa técnica: a equipa técnica responde perante o coordenador pela execução das funções que lhe estão atribuídas. Dentro da estrutura orgânica, cabe à equipa técnica a gestão do DLBC nas suas várias vertentes/funções: preparação de regulamentação; preparação de concursos; análise de candidaturas; acompanhamento da execução, animação e promoção do território, aquisição de competências, cooperação nacional e transnacional na área do desenvolvimento rural e conceção e implementação de projetos de desenvolvimento rural e formação profissional.

Em momento próprio, será atualizado o manual de procedimentos, que redefinirá, objectivamente, em função

4

do DLBC, as competências da equipa técnica, bem como as regras de atuação perante o Órgão de Gestão. Nesse documento serão definidos os circuitos de análise, desde o momento da receção de uma candidatura até à elaboração do parecer técnico e proposta de decisão. Nesta matéria importa desde já referir que serão obrigatoriamente observados, entre outros, os princípios de autonomia, transparência e segregação e funções.

Não obstante a definição de outras orientações e normas em momento posterior (aquando da elaboração do manual de procedimentos) é importante sublinhar que será garantido o princípio da segregação de funções afixando que não há interferência entre as funções de análise dos pedidos de apoio, da decisão e da análise dos pedidos de pagamento.

### **Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

Considera-se que o acompanhamento e a avaliação deverão produzir informação relevante de apoio à gestão e à tomada de decisão, com uma regularidade suficiente que permita antecipar possíveis desvios, proceder à sua correcção e/ou adotar medidas correctivas, sempre que possível.

A abordagem do actual quadro de programação, centrada na questão dos resultados, assim como o facto do foco das intervenções incidir na criação de emprego significam um maior desafio no que respeita à monitorização, porquanto implicam que se estabeleça uma distinção clara entre o que é acompanhamento e o que é avaliação.

Assim, entende-se por acompanhamento o processo através do qual se monitoriza a implementação da estratégia, a partir do recurso a mecanismos que permitem obter informação fidedigna acerca da evolução da execução de projectos, sendo que o mesmo passará por:

- Em primeiro lugar, elaborar o manual de procedimentos, que estabelecerá um conjunto de regras de funcionamento do GAL à luz do que vier a ser contratualizado (ao nível das competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores), em articulação com as autoridades de gestão, e assente num conjunto de princípios fundamentais, nomeadamente princípio da autonomia, princípio da transparência, princípio da segregação de funções e de prevenção de conflitos de interesses.
- Elaborar regulamentos específicos das medidas e ações que compõem a EDL, de forma a tornar clara e inequívoca a relação do beneficiário com a entidade;
- Elaborar mapas de controlo de projeto, onde constam os dados da execução do investimento e respetiva comparticipação, o investimento a realizar, prazos de apresentação dos pedidos de pagamento, indicadores e metas previstas;
- Elaborar quadros de execução dos projetos aprovados, com indicação do investimento realizado e correspondente comparticipação, no sentido de avaliar o nível de execução global da EDL;
- Pareceres técnicos relativos a pedidos de alteração ao projeto;
- Relatórios de controlo in loco das operações;
- Relatórios de execução das operações aprovadas no sentido de avaliar por um lado, em que medida foram concretizados os respetivos objetivos, traduzidos em indicadores de realização e de resultado, e se existem desvios face à candidatura aprovada;
- O acompanhamento in loco dos projetos e ações aprovadas, envolvendo visitas ao terreno e reuniões de trabalho periódicas e/ou pontuais com promotores de candidaturas aprovadas, no sentido de identificar fatores críticos de evolução de projetos e definição de eventuais cenários de reprogramação. Esta abordagem de proximidade no terreno com os promotores possui uma natureza pedagógica e a sua realização engloba o preenchimento de fichas de visita e intercâmbio de informações/esclarecimentos sobre a evolução do projeto nas suas vertentes física e financeira.

Por outro lado, entende-se por avaliação uma análise comparativa mais profunda do grau de concretização dos objetivos e dos resultados, face ao previsto. Esta avaliação permitirá a correção de eventuais fatores críticos, no sentido de se assegurar a concordância dos objetivos com a estratégia. A avaliação ocorrerá em momentos próprios, com a seguinte periodicidade:

- 1.ª avaliação da EDL em 2017 (primeiro trimestre)
- 2.ª avaliação da EDL em 2018 (último trimestre)
- 3.ª avaliação da EDL em 2021
- Avaliação final em 2023

Para efeitos da avaliação da estratégia, a Probasto dispõe de dois mecanismos essenciais:

- por um lado, a realização de inquéritos com vista a aferir, entre outros aspetos, a eficácia do processo de

divulgação e comunicação; bem como a avaliação do modelo de gestão e acompanhamento;

- e por outro, através da elaboração de relatórios, proceder ao apuramento do painel de indicadores de realização de resultado, de forma a obter critérios de eficácia e eficiência (verificação de os resultados alcançados estão em linha com o previsto e se foram concretizados com uma afectação de recursos técnicos e financeiros adequada), através da utilização de sistemas de informação próprios.

Paralelamente, entende-se que a avaliação externa assume uma importância fulcral, na medida em que permitirá observar e avaliar o contributo efectivo da estratégia para as políticas regionais. Em concreto, para além dos critérios de avaliação anteriormente referidos (eficácia e eficiência), far-se-á uma análise a critérios de ordem externa, que permitam avaliar o contributo efectivo e a articulação da DLBC com outras intervenções estratégicas, designadamente com a das CIMs que enquadram o território de Basto. Para tanto, recorrer-se á, também, à recolha e tratamento de informação estatístico de âmbito sectorial e regional produzida por entidades oficiais, nomeadamente o INE e o IEFP.

Em causa está a utilização de metodologias eminentemente quantitativas que, a par de abordagens qualitativas produzirão informação assaz completa que importa comunicar e divulgar. Neste ponto, reconhece-se a necessidade de evolução neste domínio, porquanto a Probasto evoluirá nos seus mecanismos tradicionais de comunicação.

Em termos globais o processo de acompanhamento e o resultado da avaliação darão origem a relatórios periódicos que serão alvo de apreciação pela parceria e pelas autoridades de gestão e devidamente comunicados.

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Protocolo de parceria	Acordo de Parceria Territorial_Terras de Basto.pdf	30/09/2015 14:27	502833092
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-127.pdf	30/09/2015 14:46	
Outros	Minuta Ata Assembleia Geral 24 julho.pdf	30/09/2015 14:32	502833092
Outros	MEL_DLBC_Probasto.pdf	30/09/2015 14:29	502833092
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-127.pdf	20/11/2015 17:07	
Outros	Minuta Ata e Proposta Direção 24 julho.pdf	30/09/2015 14:30	502833092
Outros	Anexo_IndicadoresFEDER e FSE.pdf	10/12/2015 11:58	502833092
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Composicao OG e Equipa Tecnica.pdf	30/09/2015 14:27	502833092

### Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	PROBASTO-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO	NIF	502833092
Submetido por	RAMIRO ANDRE PACHECO CARVALHO	NIF	206770090
Data de Submissão	10-12-2015		

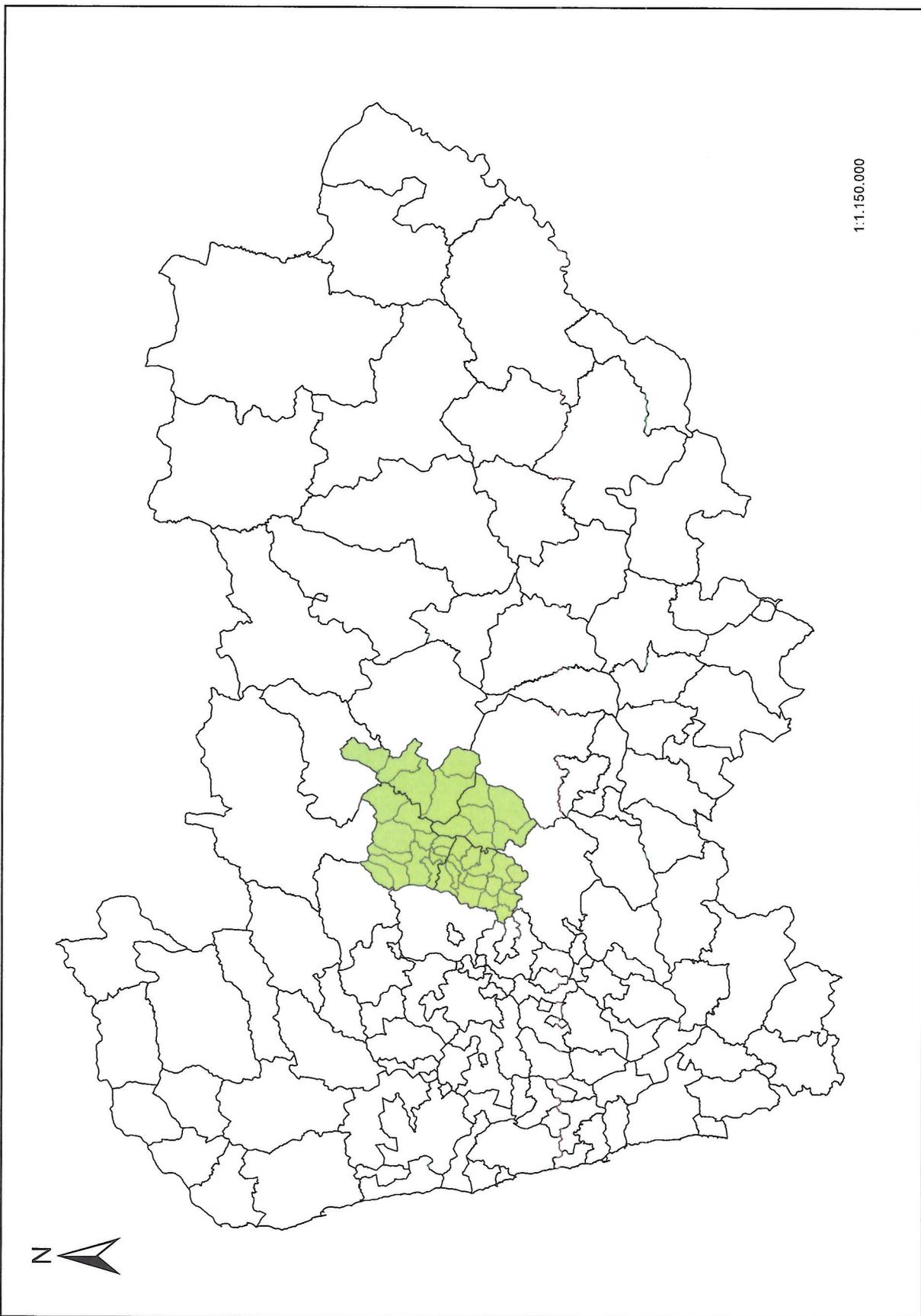


*[Handwritten signatures and marks in black and blue ink]*

## ANEXO 2



DLBC RURAL: GAL PROBASTO



1:1.150.000



### Território de Intervenção - PROBASTO

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
<b>CABECEIRAS DE BASTO</b>	Abadim	571
	Basto	938
	Bucos	554
	Cabeceiras de Basto	711
	Cavez	1268
	Faia	558
	Pedraça	760
	Rio Douro	942
	União das freguesias de Alvite e Passos	1184
	União das freguesias de Arco de Ba-lhe e Vila Nune	2048
	União das freguesias de Gondiaães e Vilar de Cunhas	421
	União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	6755
<b>CELORICO DE BASTO</b>	Agilde	1227
	Arnóia	1702
	Borba de Montanha	1294
	Codeçoso	444
	Fervença	1445
	Moreira do Castelo	627
	Rego	1241
	Ribas	1068
	Basto (São Clemente)	1524
	Vale de Bouro	813
	União das freguesias de Britelo, Gémeos e Ourilhe	3670
	União das freguesias de Caçarilhe e Infesta	758
	União das freguesias de Canedo de Basto e Corgo	1321
	União das freguesias de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1001
União das freguesias de Veade, Gagos e Molares	1963	
<b>MONDIM DE BASTO</b>	Atei	1352
	Bilhó	546
	Mondim de Basto	3273
	Vilar de Ferreiros	1136
	União das freguesias de Campanhó e Paradaça	721
	União das freguesias de Ermelo e Pardelhas	465
<b>RIBEIRA DE PENA</b>	Alvadia	196
	Canedo	390

k



Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Santa Marinha	558
	União das freguesias de Cerva e Limões	2615
	União das freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além-Tâmega	2785
	<b>Total População PROBASTO</b>	<b>50 845</b>

  
  
M  
+

# ANEXO 3



Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

PROBASTO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO

PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicadores Investimento				Indicador de resultado				Dotação FUNDO a contratar		
				Indicador de realização		Indicador de resultado		Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição	Meta 2018		Meta 2023	Unidade medição
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Unidade medição							
PDR2020	99.M10	FEADER	Régime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	16	52	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados					421 200,00		
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	6	20	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	8	30			607 500,00		
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	4	14	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4	14			453 600,00		
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2	6	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	3	9			216 000,00		
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2	6	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados					217 350,00		
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	1	4	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados					212 796,00		
PDR2020	99.M10	FEADER	Régime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas				Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação	16	52					
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização				Beneficiários apoiados, na modernização	6	20					
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				Explorações ou Beneficiários apoiados	4	14					
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais				Beneficiários apoiados	2	6					
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais				Beneficiários apoiados	2	6					
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias				Beneficiários apoiados	1	4					
<b>Total</b>											<b>2 128 446,00</b>			

